

Um novo paradigma de segurança pública

Ricardo Balestreri

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BALESTRERI, R. Um novo paradigma de segurança pública. In: COSTA, IF., and BALESTRERI, RB., orgs. *Segurança pública no Brasil: um campo de desafios* [online]. Salvador: EDUFBA, 2010, pp. 57-67. ISBN 978-85-232-1232-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

UM NOVO PARADIGMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Ricardo Balestreri

Hoje vivemos um forte drama no campo da Segurança Pública no Brasil, herdado, particularmente, das três ou quatro últimas décadas.

Obviamente, sabemos que esse drama é uma consequência primária – no âmbito da análise sociológica – da injustiça social e não da pobreza, ao contrário do que afirma o senso comum. Pobreza não gera crime e nem violência. A pobreza é heroicamente honesta, de forma geral, e criminosos há entre os pobres e entre os ricos. Por evidência empírica, do ponto de vista proporcional, é fácil perceber que a situação é até mais grave entre os segmentos abastados.

Já a injustiça social é, sem dúvida, um elemento predisponente da insegurança pública, da violência e da criminalidade. Isso é uma verdade particularmente em culturas periférico-dependentes da grande economia de mercado, como a brasileira, submetidas a um predomínio da ideologia consumista e com uma classe consumidora numericamente considerável.

Tal fato é agravado pela dimensão simbólica, com seus “valores” internalizados no inconsciente coletivo. Desse ponto de vista simbólico, a “religião” predominante em nosso mundo é o consumismo. Os produtos têm um caráter “totêmico”. Os templos não são as igrejas nem as catedrais, mas os shoppings, onde simplesmente adoramos ou, se tivermos poder de compra, interagimos com os “deuses” contemporâneos, com os ídolos que lá estão. Não mais “bezerros de ouro”, mas tênis, celulares, computadores, ipods. A idolatria do mundo contemporâneo é profundamente relacionada ao consumismo tecnológico.

A causa mater da violência é o somatório de um tripé absolutamente explosivo: a péssima distribuição de renda, a ideologia consumista (especialmente predominante nos segmentos mais jovens, independentemente de classe social, os mais vitimizados e mais perpetradores de crimes) e a

quase ausência do mundo adulto na condição educadora (que é, sempre e necessariamente, a da provocação construtiva do juízo moral autônomo, da autonomia intelectual e dos valores solidários) .

É fácil olhar para a juventude brasileira e perceber seu abandono no campo moral (não na perspectiva do moralismo, mas do compromisso com a dignidade de si mesma e do outro), pela ausência de autoridade (e não de autoritarismo) do mundo adulto, muito possivelmente porque o mundo adulto, ele mesmo, não possui quase nenhuma compreensão do sejam valores morais. Há uma enorme anomia , uma inexpressividade de conteúdos paterno-maternos, uma redução do papel dos professores a meros “transmissores de matérias”, uma ausência significativa de genuínas vivências espirituais-religiosas que se possam contrapor à religião materialista do consumo, uma sensação crescente de “despertencimento” de qualquer comunidade, seja ela de cultura popular, seja ela política, seja ela religiosa, seja ela benemerente, seja ela esportiva (exceto, neste último caso, pelas “torcidas organizadas” de futebol, na maior parte das vezes entremeadas de fanatismo, violência e, por vezes, crime organizado).

De forma geral, predomina em nossa sociedade uma profunda “desidentificação” do indivíduo, engendrada por um magnífico processo de perda de referenciais coletivos, substituídos pela cultura da “lavagem” do capitalismo de mercado. Tal afirmação pode ser entendida tanto como metáfora dos restos de alimentos com que se mantém os porcos na engorda quanto, mais literalmente, como lembrança da “lavagem cerebral” cotidiana a que somos submetidos através da mídia, da propaganda, da ocupação eletrônica de nosso tempo, da alienação do trabalho sem sentido pessoalmente assumido. Não veja-se, aqui, nesta observação, nenhum ranço ideológico anacrônico, seja contra o consumo, seja contra o conforto, mas sim contra o “consumismo”, erigido como sentido último da vida.

A onipresença da ideologia do consumo em países mais desenvolvidos não é, por si mesma, fundamento da explosão de crime ou violência. É, sim, fundamento de insatisfação individual, de falta de sentido existencial, de depressão, de perda de significado para a vida. Isso porque, nos países desenvolvidos, a onipresença do consumismo é – paradoxalmente – ansiogenicamente alimentada, mas também aplacada pelo consumo. Neles, pelo menos, o sujeito (ou objeto?) tem recursos para consumir.

Ao consumir é subsumido na passividade triste. Nos países periféricos, como o nosso (“emergente”, sim, mas periférico, é bom que não se esqueça), a onipresença ideológica do consumismo se encurrala no “beco sem saída” da falta de poder aquisitivo da maioria. O resultado é a violência e o crime.

Se o sistema passa a vida inteira dizendo para o indivíduo que viver é ter, é comprar, e a maioria não tem poder de compra, a esquizofrenia entre desejo e realidade vai se perfazendo em violência, particularmente quando, como no nosso caso, há apenas uma débil formação no campo ético-moral, seja na família, seja na escola, seja através da mídia.

Sem essa formação moral, o sujeito mata por um tênis. E nós nos escandalizamos, com razão, mas alienadamente porque sem percepção que esse foi um comportamento aprendido.

O mesmo fenômeno acaba também com a vida interior de quem tem dinheiro, do adolescente ou do jovem que vive em um nicho rico, porque fecha sua perspectiva exclusivamente em torno do ter. Contudo, como regra, isso não o empurra para a delinquência (exceto quando no caso do consumo de certos tipos de drogas ou da coadjuvância de psicopatia) porque ele tem vazão no consumo. Já o menino que vive no nicho pobre, se eventualmente não teve presença moral marcante de adultos em sua vida, está sendo inconscientemente estimulado à delinquir. Sem o tênis de marca e sem uma formação de valores éticos, poderá ir atrás do que lhe mostraram ser indispensável, a ponto de matar ou morrer. Hoje sabemos que o ingresso na vida criminosa juvenil se dá mais pela necessidade de reconhecimento e “pertencimento” do que propriamente para ganhar dinheiro. Os símbolos do reconhecimento e do pertencimento, em nosso mundo, são os produtos de griffe, todos os “parâmetros” do glamour, através dos quais o sujeito se notabiliza para deixar o “pátio dos gentios” e ingressar nos “círculos de pureza” dos escolhidos.

Temos, nessa dinâmica, portanto, a grande “máquina” geradora de violência em nossa sociedade. Mas não quero fugir da raia. Às vezes, o gestor começa a dar explicações históricas e sociológicas e não fala do próprio fazer, da gestão.

Eu, contudo, creio que é preciso reconhecer que a tragédia da violência brasileira é somatório dessa ideologia – acima citada – em descompasso conflitivo com a realidade, mais o tipo de gestão da Segurança

Pública que se fez na vida contemporânea do país, exceto por este último período que estamos vivendo, em que se procura desconstruir equívocos e edificar alternativas sistêmicas.

O que significa esse agravamento pela gestão? Significa que, por mais que haja uma predisposição ao crime e à violência na sociedade, pelos fatores acima elencados, a má gestão, a incompetência, o amadorismo, o empirismo, a demagogia que, ao longo de décadas, prevaleceram na Segurança Pública brasileira, potencializaram o fenômeno causal à medida que trabalharam mal também com as consequências. Ou seja, além de não se enfrentar com suficiência as causas, enfrentou-se equivocadamente os efeitos dessas, de maneira retroalimentadora. Miséria econômica, moral e cultural gerando crime e violência que geram mais miséria econômica, moral e cultural e assim por diante. O resultado: um país com uma média de mais de 45 mil homicídios por ano, sem falarmos em todos os outros dados da criminalidade, difusa e organizada. Essa é a herança assumida por nossa geração de gestores. Uma herança reveladora de descaso, politicagem, ignorância, autoritarismo, cartorialismo, clientelismo, impunidade, administrações – com raríssimas exceções – tóxicas, emocionais, demagógicas, convulsivas, assistêmicas, acientíficas, espetaculosas.

O mais grave que se pode inferir da análise da insegurança da população é a certeza de que ela produz um aprofundamento da injustiça social, uma vez que há correlação direta entre Segurança Pública e desenvolvimento. Sem segurança não há ambiência para os três principais elementos desencadeadores do desenvolvimento (aqui, sempre tomado não como mero progresso linear mas como construção de bem-estar para todos): o primeiro, tal como se afigura nas pesquisas do professor Robert Putnam, da Universidade de Harvard, um dos referenciais teóricos da ONU na abordagem do tema, revela que os países e as regiões do planeta que se desenvolveram passaram por um período histórico significativo de formação de redes de engajamento cívico (ou seja, de soerguimento de lideranças populares autônomas, de grupos de pressão, de movimentos de voluntariado social). Onde não há Segurança Pública, obviamente, não há garantias mínimas para a formação de redes de engajamento cívico. Dizendo de outra forma, onde os bandidos predominam, as mulheres e os homens simples do povo não podem

constituir livremente teias de militância, de voluntariado popular. Não há liderança autônoma minimamente estável e respeitada onde a única forma de comando admitida é aquela proveniente do crime. Os territórios dominados por narcotraficantes, por exemplo, são enclaves de tirania. Não há qualquer verdadeira liberdade de organização e de expressão onde reina o narcotraficante.

O segundo fator predisponente ao desenvolvimento, em correlação com o primeiro e o terceiro, é a possibilidade de livre empreendedorismo econômico popular. Erguer pequenos negócios, investir poupanças feitas ao longo da vida, produzir em família, gera empregos, mobilidade social, expansão dos mercados internos. Mas se na vila operária, na favela, no complexo popular, domina o narcotraficante, o “dono de banca”, o miliciano, os negócios do povo se tornam inviáveis. As organizações delinquentiais são sempre monopolistas e só admitem atividades econômicas convergentes ou muito inexpressivas. No mínimo cobram pedágios ou exigem socialização de pontos de distribuição e venda. Mas mesmo a delinquência difusa, não organizada, desestimula, por exemplo, a atividade comercial (assaltos, atemorização da clientela, exploração de benefícios cotidianos pelos delinquentes, são desestímulos suficientes para qualquer comerciante).

O professor David Landes, também pesquisador de Harvard, afirma que a falta de ambiência ao empreendedorismo econômico popular entrava as possibilidades de desenvolvimento, porque a riqueza não frutifica de baixo pra cima, mas se mantém apenas no topo.

O terceiro e último (mas não menos importante) grande portal para o desenvolvimento é o acesso democrático a uma educação de qualidade. É consenso nos meios empresariais e acadêmicos, do planeta inteiro, que não é possível haver desenvolvimento sem educação. Também nisso, a segurança pública é fundamental: não se pode educar sob o império do medo. Pode-se até escolarizar a população, mas não educá-la. Educação pressupõe liberdade para criticar, para dizer não, para empreender, para criar, para ousar, para construir valores solidários, para ser diferente, para questionar o pensamento hegemônico. A ditadura do crime não admite nada disso.

Infelizmente, a tecnocracia estatal, de maneira geral, de todos os governos, de todos os Estados, ainda não compreendeu suficientemente

a relação entre Segurança Pública e educação, empreendedorismo, civismo, desenvolvimento. É por isso que se trata a segurança como uma questão de “palanque político”, mas de importância secundária no mundo real da economia.

Enquanto isso, o crime organizado e as organizações delinquentes continuam se expandindo e representando a única real ameaça de obstrução à democracia e ao processo de desenvolvimento.

Aqui, importa um esclarecimento conceitual: no Brasil confunde-se organização delinquentes com crime organizado. Ao contrário do que se pensa e do que se afirma pelo senso comum, o crime organizado não é representado, via de regra, pelas organizações criminosas que atuam nas favelas brasileiras. Tecnicamente, essas são apenas “organizações delinquentes”, entes servis, fragmentos operativos dos interesses do crime organizado. Poderosas e violentas, precisam ser combatidas, mas nem por isso deixam de ser tão somente varejo.

O crime organizado não habita em favelas, não transporta drogas, não se limita a presídios, de maneira geral. Crime organizado, por definição, é de elite. Lava dinheiro e tem gordas contas internacionais, além de negócios lícitos de fachada, na maioria das vezes. A natureza do crime organizado é transversal, não é paralela. Se o crime organizado fosse o tal “estado paralelo” de que se fala, conseguiríamos identificá-lo e combatê-lo com muito maior facilidade. Mas é, por sua obliquidade, por sua presença contaminante nas mais glamourosas instituições públicas e privadas, que é tão difícil combatê-lo.

Esse, aliás, é um dos campos de conhecimento que expressam carência de melhor gestão histórica no Brasil. Por confundir-se crime organizado com organizações delinquentes é que se perdeu tanto tempo em ações invasivas espetaculosas em favelas, com polícias entrando e saindo, “pedalando” portas, tiroteando, eventualmente matando inocentes e não alterando em nada o quadro da triste realidade. O crime organizado, obviamente, continua incólume, porque não é lá que ele está. Terminado o espetáculo, aciona seus “exércitos industriais de reserva” e tudo continua como dantes. Isso não quer dizer que devemos ser lenientes ou fracos com os delinquentes que estão maltratando e explorando os pobres nas vilas e favelas brasileiras. Contudo, somente uma ação séria e persistente, não fundada em políticas demagógicas e midiáticas, pode ser consequente

na redução do crime e da violência em territórios por eles dominados. Se for inevitável uma intervenção mais contundente, é evidente que a essa deve se seguir uma ocupação por policiais de proximidade, que permaneçam em uma relação dialógica e confiável – pelo tempo – com a comunidade. É o que começa a ocorrer nos “Territórios da Paz”, do Programa Nacional de Segurança com Cidadania, do Governo Federal, e nas Unidades de Polícia Pacificadora, do Rio de Janeiro, bem como em dezenas de outras experiências de “polícia comunitária” espalhadas pelo território nacional.

O exemplo acima mostra como o quadro dramático da Segurança Pública brasileira tem sido agravado pelo amadorismo, pelo empirismo, pelo “conhecimento da ponta”, das ruas (que não pode ser desprezado, mas tampouco maximizado), pela mera “intuição”. As políticas intuitivas constituem-se em um verdadeiro desastre histórico para a segurança do povo brasileiro. Gestão de Segurança Pública, um tema complexo, tem que ser feita com conhecimento científico. Na linha contrária, há um acúmulo de décadas de demagogia e má politização (salvo raras e honrosas exceções). Nesse tempo, frotas e frotas de viaturas desfilaram pelas ruas das grandes cidades, sirenes ligadas, giroflex acesos, como se, enfim, por isso, alguma coisa fosse mudar. Mas, por detrás da cena para aplacar o clamor público, nenhum sistema, nenhuma proposta. Apenas mais do mesmo para obter os mesmos resultados.

Nossa proposta, portanto, ao lado de uma boa geração nova de gestores estaduais e municipais, é modificar radicalmente o paradigma desastrado confirmado pelos números das pesquisas. Obviamente não há milagres nesse campo, não há transformações da noite para o dia. Estamos, contudo, em marcha acelerada, com programas inéditos e sistêmicos. Contrariamente ao predomínio absoluto e circular do pensamento tático-operacional, que sempre vigorou solitário na segurança pública do Brasil, inauguramos um período de pensamento estratégico. Tenho sempre dito que o grande desafio do Brasil é cuidar da sua Segurança Pública menos com o fígado e a bÍlis e mais com o cérebro e os neurônios. O presidente Lula foi muito feliz, desde o início, porque ofereceu-nos um roteiro excepcional para transformar o sistema, no Plano “Segurança Pública para o Brasil”. Se não nos esquecermos dele, temos um bom caminho a percorrer. Ali encontramos um mapa, um

roteiro seguro das principais reformas que precisamos fazer para alterar a qualidade do modelo. Extraímos dele algumas coisas que se tornaram programáticas e hoje têm vida real. Por exemplo, a capacitação e, mais do que ela, a educação de nossas polícias. Se o policial tem que ser também um educador, um líder no seio da comunidade, é preciso que se eduque esse educador.

Mas há, também, outras questões igualmente relevantes: a polícia predominante que nós precisamos é a comunitária, a “de proximidade”; as academias de polícia têm que ser uma referência; é preciso reduzir a letalidade em confrontos; devemos aliar uma boa prevenção à repressão qualificada. Prevenção é um tema que sempre foi marginal nas discussões, mas nossa geração de gestores o trouxe para a centralidade.

Em educação de operadores (policiais, guardas, bombeiros, agentes penitenciários) temos hoje – e o digo sem qualquer ufanismo, mas fazendo justiça à realidade – o maior programa de educação de operadores de segurança pública do mundo, com 200 mil alunos cursando os módulos formativos à distância a cada quatro meses. Nele, abordamos esses operadores como técnicos, mas também como humanistas. Eles precisam estar entre os protagonistas das transformações sociais. Não são meros ordenadores das predisposições balizadoras do Estado, mas sobretudo agentes de transformação. O mais humilde operador na mais humilde das ruas representa uma forte liderança e é para isso que temos que educá-lo. Ninguém os procura para “jogar conversa fora”. Procuramos os policiais, os bombeiros e os guardas quando necessitamos de orientação ou quando estamos vivendo dramas e por isso seu impacto social é tão grande.

Qualificar, pois, 200 mil operadores a cada quatro meses, significa multiplicar essa qualidade na liderança sobre a população atendida. Desses 200 mil, em torno de 170 mil estão recebendo Bolsa Formação do governo federal, R\$400,00 por mês a mais no seu salário para estimulá-los aos estudos. Parece pouco? Não é. Há estados onde (lamentavelmente, pelos baixos salários) isso significa 50% a mais no contracheque. O Governo Federal, que paga essa bolsa não por obrigação legal, mas por compromisso moral, tem hoje condições de dialogar de cabeça erguida com a polícia brasileira.

Outro ponto a mencionar: nossos alunos, a par de estudarem as boas técnicas, têm que aprofundar as questões relacionadas à ética. Nesse contexto, elegemos alguns temas de direitos humanos. Todos os policiais, bombeiros e guardas municipais que estão nas nossas redes de ensino – na universidade e no ensino a distância – têm que estudar pelo menos quatro questões relacionadas a Direitos Humanos: direitos de gênero, igualdade racial, combate à homofobia e direitos etários.

Já passaram pelos nossos cursos mais de 500 mil policiais, para citar uma, apenas uma, das categorias que os frequentam. Mas, o que almejamos com isso, como meta qualitativa, não quantitativa? Queremos realmente formar uma nova cultura e uma nova liderança na segurança pública brasileira. Firme, enérgica, mas respeitadora e promotora dos direitos humanos e da cidadania.

O cidadão que olhar de fora para toda essa movimentação poderá perguntar-se: “mas, então, por que as coisas ainda não mudaram?” Porque o processo é, historicamente, muito recente.

Essa transformação (mais até do que mera “mudança”), com certeza, será uma das decorrências do PRONASCI, em sua maior parte executado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, que no segundo mandato do presidente Lula conferiu-nos o maior salto sistêmico de qualidade que a Segurança Pública brasileira já teve. É praticamente o único programa prático e articulado de Segurança Pública que o país conheceu (evidentemente como uma decorrência do excelente passo teórico que estruturou o Sistema Único de Segurança Pública). Trata-se de uma revolução silenciosa (porque sem grande alarde) na cultura da Segurança Pública brasileira. Essa revolução se constitui, por exemplo, na acima citada transversalidade dos direitos humanos perpassando toda a aprendizagem.

Como precursora de tudo isso, está a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP – com uma média anual de 80 cursos de pós-graduação Lato Sensu em Segurança Pública, gratuitos, financiados pelo governo federal, em todo o país. Quando surgiu, parecia a muitos um lirismo, um sonho de primeiro mundo destinado ao fracasso, tão logo se enfrentasse com os renhidos preconceitos da academia em relação à segurança pública e da segurança pública em relação à academia. Hoje me regozijo, com Juliana Barroso e toda a nossa equipe,

em não havermos desistido, em termos tido e coragem de sonhar juntos e de transformar o sonho em realidade. Dá-me orgulho, como cidadão brasileiro, pensar que construímos algo que é exemplo para o mundo: a maior rede nacional permanente de formação acadêmica para operadores de segurança pública. Igualmente me encanta pensar nos milhares de estudos científicos produzidos pelos responsáveis diretos pela gestão e execução do sistema: os policiais, os bombeiros, os guardas, os agentes penitenciários. Nada mais tivéssemos realizado, seria isso o suficiente para que, humildemente, nos sentíssemos civicamente plenificados. Tenho a certeza de que essa é uma herança inestimável para o processo civilizatório do Brasil, da qual participa, desde a primeira hora, a Universidade Federal da Bahia, nos cursos capitaneados por essa visionária da democracia que é a professora Ivone Freire Costa. A UFBA foi a primeira, o grande e bem sucedido laboratório, e a Bahia, sempre ousada, sempre criativa, sempre cheia de fé nos valores democrático-republicanos, mais uma vez ajudou-nos a gerar novos bons paradigmas para o país.

Muitas outras frentes sistêmicas ora em implementação poderiam aqui ser citadas como novidades históricas, correlatas ao foco das transformações acima citadas, no campo da educação do nosso capital humano: o policiamento especializado em fronteiras – PEFRON, a primeira malha de aviação em segurança pública e a constituição de sua normativa, a Conferência Nacional e a rearticulação do Conselho Nacional de Segurança Pública, as regras e políticas para o uso de armas de fogo e expansão das tecnologias menos letais, a Força Nacional consolidada em atuações de cunho social e de preservação ambiental, o Portal Nacional de Segurança Cidadã, os Procedimentos Operacionais Padrão, especialmente na abordagem a grupos vulneráveis, as Jornadas Nacionais de Educação em Direitos Humanos para Policiais, Bombeiros e Guardas, entre tantas outras.

Quais são os nossos desafios? Mantermos esses padrões de qualidade, aumentarmos as inversões de recursos, impedirmos qualquer contingenciamento na área da Segurança e começarmos uma discussão sobre as reformas estruturais previstas no programa “Segurança Pública para o Brasil”, das quais cito, como exemplo, as reformas das polícias, passando pela superação do modelo dicotômico, com duas meias polícias que, na incompletude, se encontram intersubmetidas e se atrapalhando

mutuamente. Sabemos, contudo, que é muito difícil mexer nas estruturas, porque as reações corporativistas são danosas e potentes. Mas, assim mesmo, precisamos convencer as corporações a se perguntarem menos a respeito do poder que temem perder e mais a respeito do poder que a cidadania vai ganhar.

Concluo, dizendo que entendo, com humildade, mas sem falsa modéstia institucional, que a nossa geração vem marcando significativamente a história da segurança pública brasileira, com a construção de políticas sistêmicas, fundadas no pensamento estratégico. Isso, o digo, sem prejuízo das muitas belas iniciativas que se realizaram em períodos anteriores. Estamos enfrentando e paulatinamente vencendo o desafio de modernizar, racionalizar e humanizar as forças e sistemas da segurança pública brasileira, a fim de guarnecer e dar melhor ambiência ao nosso povo para que possa trabalhar produtivamente e se desenvolver em paz. Contudo, com isso, não nos podemos acomodar. Há muito por fazer, por corrigir, por construir. A RENAESP continuará, como política pública, na vanguarda intelectual desse processo e, nela, a Bahia, como uma das vanguardas intelectuais do Brasil.

Referências

DA SILVA, Jorge. **Criminologia Crítica**. Editora Forense, Rio de Janeiro, 2008.

Debord, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Editora Contraponto, Rio de Janeiro, 1997.

BALESTRERI, Ricardo; Durante, M. O. Políticas Públicas de Segurança no Brasil: a Construção de um Modelo Inteligente. Boletim IBCCRIM, v. x, p. x, 2006.

IPEA. Políticas Sociais, Acompanhamento e Análise-1995/2005, Brasília, 2007.

Landes, David. **A Riqueza e a Pobreza das Nações**. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1998.

PIAGET, Jean. **O Juízo Moral na Criança**. Summus Editorial, São Paulo, 1994.

Putnam, Robert. **Comunidade e Democracia**. Fundação Getúlio Vargas Editora, Rio de Janeiro, 1996.